

MENTIRAS SINCERAS (NÃO) ME INTERESSAM: ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*

Francisco Vieira da SILVA⁵¹

Joseeldo da SILVA JÚNIOR⁵²

Resumo: Este artigo intenta analisar o funcionamento de estratégias biopolíticas no combate às *fake news*, a partir do programa institucional “*Saúde sem Fake News*” do Ministério da Saúde (MS). O referencial teórico provém das teorizações de Michel Foucault acerca do biopoder e das biopolíticas e as implicações desses conceitos no campo dos estudos discursivos. Metodologicamente falando, este estudo segue um viés descritivo-interpretativo. A análise de quatro notícias falsas, acompanhadas dos respectivos posicionamentos do MS, permitiu-nos constatar que esse órgão confronta tais notícias a partir de uma remissão ao saber médico o qual é inexistente ou deturpado na constituição das *fake news*.

Palavras-chave: *Fake news*. Biopolítica. Saúde sem Fake News.

Abstract: *This article aims to analyze the functioning of biopolitical strategies in the fight against fake news, from the health ministry's "Health without Fake News" program. The theoretical reference comes from Michel Foucault's theories about biopower and biopolitics and the implications of these concepts in the field of discursive studies. Methodologically speaking, this study follows a descriptive-interpretive bias. The analysis of four false news, accompanied by the respective positions of the MS, allowed us to verify that this body confronts such news from a reference to medical knowledge which is nonexistent or misrepresented in the constitution of fake news.*

Keywords: *Fake news*. Biopolitics. Health without Fake News.

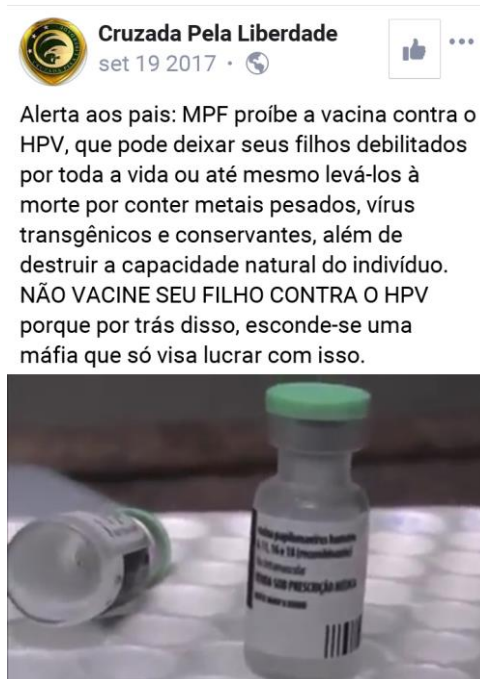
⁵¹ Docente do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Caraúbas/Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

⁵² Mestrando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: joseeldojr@gmail.com.

Introdução

Corriqueira desde as campanhas da eleição de *Donald Trump* e do *Brexit*, a circulação de notícias falsas transcorre livremente no vasto mundo da *internet*. Não são poucos os descuidos ou as premeditações que fazem reverberar estes “vírus de informações”. Desde o campo da sexualidade ao campo da educação, a área fértil da saúde pode ser vista com grande interesse pelos “comensais da morte” e detratores da informação, ao propagar ilações que podem vir a prejudicar a saúde coletiva e/ou até mesmo contribuir com o agravamento de doenças na sociedade. Numa página do *Facebook* chamada “Cruzada pela Liberdade”, uma publicação alertava aos pais que o Ministério Público Federal havia proibido a vacina contra HPV, alegando que ela poderia “deixar seus filhos debilitados por toda a vida ou até mesmo leva-los à morte por conter metais pesados, vírus transgênicos e conservantes, além de destruir a capacidade natural do indivíduo.” A chamada do alerta terminava com um imperativo: “NÃO VACINE SEU FILHO CONTRA HPV”, conforme pode ser visto na Figura 01, em que consta o enunciado produzido.

Figura 1: Publicação falsa sobre proibição de vacina



Fonte: Facebook.com

Dado a sua natureza de líquida (BAUMAN, 2007), é praticamente impossível prever ou mensurar o impacto de uma informação falsa como essa. Até o momento de captura de tela desse enunciado, em 03 de fevereiro de 2019, a publicação possuía 639.930 mil compartilhamentos, 29.650 mil comentários e 32.987 mil curtidas, desconsiderando, ressalta-se, o alcance orgânico da postagem, número que só é disponível ao administrador ou editor da página do *Facebook*. É preciso pontuar, no entanto, que tais dados possam de fato corresponder com o critério de verdade dos usuários que interagem. De um modo outro, as *fake news*, especificamente sobre o tema vacina, são recorrentes e possuem um caráter destrutivo, como o caso de uma corrente no *WhatsApp* em que divulgava informação de iminente risco ao se vacinar contra a febre amarela⁵³; ou no episódio, para citar outro exemplo, da queda no número de vacinas da gripe em crianças⁵⁴, motivadas pelas notícias falsas.

Ações deste tipo podem ser justificadas pela democratização do acesso à internet, que permitiu a abertura para que os mais diferentes usuários pudessem contribuir para a (re)produção de conteúdo que propaga mentiras e deturpa a realidade dos fatos, como as regularidades acima mostradas. O fato de algumas redes sociais digitais serem usadas não apenas como uma ferramenta de entretenimento e diversão, mas também como um canal de informação, acentua o aparecimento e o impacto de notícias falsas. De acordo com a Quartz – agência norte-americana que divulga notícias sobre a economia global – o Brasil desponta como o país que mais consome notícias pelo *Facebook*, pois quase 70% dos usuários buscam informações especialmente nessa rede social⁵⁵. Aferir o grau de credibilidade de tais notícias é um trabalho que exige a constituição de uma verdadeira cruzada rumo a uma alfabetização digital. Nos Estados Unidos, de acordo com D’Ancona (2018, p. 55), “Em dezembro de 2016, uma pesquisa de opinião do Instituto Ipsos, para o *site* BuzzFeed, com mais de 3 mil norte-americanos, revelou que 75% daqueles que viram as manchetes de notícias falsas as julgaram como exatas”. Situando essas estatísticas no cenário nacional, podemos citar um levantamento realizado pelo Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP), o qual apontou, em 2017, que cerca de 12 milhões de brasileiros espalham notícias falsas na rede.

⁵³ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/crise/correntes-de-whatsapp-espalham-informacoes-falsas-sobre-febre-amarela/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁵⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-saude-culpa-fake-news-por-queda-de-vacinacao-contragripe-entre-criancas-22822579>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

⁵⁵ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>. Acesso em: 07 mar. 2019.

Como se vê, essas redes sociais não só facilitaram, como também deram passe livre no modo de como a informação é difundida e consumida, embora ela possa ser retida em filtros-bolhas (FERRARI, 2017), fenômeno que consiste em manter determinado conteúdo sob alcance de uma quantidade limitada de indivíduos. Uma espécie de enquadramento de uma rede, muitas vezes específicas, de usuários. No entanto, e isto é preciso pontuar, ao ultrapassar a barreira da individualidade de certos grupos e partir para a coletividade, os filtros-bolhas propiciam “formas de manipulação que colocam o usuário mal informado sobretudo a serviço de interesses políticos escusos” (SANTAELLA, 2018, p. 15). É nesse contexto que as *fake news* operam, sob o mantra da crença e da ignorância.

As ferramentas disponíveis para a mediação e criação de conteúdo são facilitadoras para a produção de informações falsas, que, aliadas às redes sociais, são potencializadas, uma vez que elas, enquanto plataformas de interação social, abrem espaços nos quais as regras e o controle parecem não existir. É fato notório que as *fake news* ainda são um problema social em fase de estudos e procuras de solução. A interdição, por meio dos chamados checadores de fatos, ainda está longe de ser a melhor opção para conter o avanço da mentira virtual. Apesar disso, os checadores de fatos – seja ele conteúdo informativo, imagético ou audiovisual, procuram corresponder aos anseios de uma resposta plausível à crise da verdade contemporânea. Enfim, neste atual regime de verdade (FOUCAULT, 2008), é a informação combatida pela informação.

Diante dessa vontade de verdade (FOUCAULT, 2014) instaurada na sociedade, na qual os meios de comunicação e até agentes públicos entendem que a participação da população tornou-se fundamental para a interdição da mentira, programas institucionais foram implementados com a função de mitigar a problemática da “verdade inventada” (FERNANDES JR; DRUMMOND, 2018). No cenário de mentiras, as *fake news* desvirtuam eleições, ceifam identidades, produzem crises políticas, solapam a moral e a dignidade humana, bem como, ainda, atestam o improvável, como cura de doenças como o câncer, o HIV ou diabetes. Esta última consequência, em específico, ligada à saúde, tem provocado uma série de perturbação social. A principal, talvez, sejam as campanhas antivacinação⁵⁶ de doenças, causando, em certa medida, lapsos na saúde pública, com o retorno de enfermidades anteriormente controladas no país, como é o caso do sarampo e febre amarela. No rastro desse movimento, as redes sociais

⁵⁶ Reportagem do Jornal da USP traz detalhe sobre o desserviço prestado pelas redes sociais ao promover as campanhas antivacinação. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/redes-sociais-prestam-desservico-com-campanhas-anti-vacinacao>>. Acesso em: 03 de fev de 2019.

são tidas como principais promotoras da circulação e propagação das falsas notícias, que substanciam as pseudo-ideias e contribuem para a desinformação.

Como antídoto para as importunas *fake news*, além de relançar a verdade outrora inventada, o Ministério da Saúde (MS) criou uma página na *web* para verificar a veracidade das informações circuladas nas redes sociais bem como situar a população sobre prováveis mentiras de impactos. O serviço “Saúde sem Fake News” funciona por meio do *WhatsApp*, criado exclusivamente para atendimento aos usuários que, ao sentir dúvida sobre conteúdo de saúde, podem imediatamente saná-la nesse canal de comunicação do Estado. A política institucional do Ministério da Saúde corporifica o que Foucault chamou de biopolítica, ao reger a vida do sujeito com o propósito de torná-lo consciente dos percalços fabricados pelas *fake news* e dos prejuízos que implicariam diretamente a saúde. Portanto, o poder do Estado, que atua na vida da população, precede à preocupação de cuidado à vida. Nesse sentido, pretendemos, com este estudo, investigar, a partir da análise de materialidades discursivas, o funcionamento de estratégias biopolíticas no combate às *fake news*, levadas a cabo pelo canal do MS antes mencionado.

Foucault situa as reflexões acerca da biopolítica a partir de uma teorização bem mais vasta sobre o surgimento do biopoder, ou seja, de um poder que “um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida” (FOUCAULT, 2007, p. 135), em contraposição ao poder soberano, cujo foco residia na matança populacional, numa tecnologia de poder que estava relacionada a provocar a morte e a deixar a vida sob os cuidados do acaso e do destino. O biopoder, no entanto, em confluência com o poder disciplinar, ao tornar o corpo produtivo e dócil, preconiza o governo populacional a partir do exame dos aspectos biológicos, como taxas de natalidade, de mortandade, de fertilidade e demais índices reveladores de verdades sobre o estatuto biológico dos sujeitos. As biopolíticas, portanto, constituem-se estratégias racionalizadas de gestão e administração da vida e se corporificam nas mais diversas campanhas e políticas elaboradas, nos dias de hoje, tanto pelo Estado como por setores da iniciativa privada e organizações não-governamentais. A campanha do MS enxerta-se no âmbito de uma atuação biopolítica, na medida em que, ao combater a circulação de notícias falsas acerca de questões atinentes à saúde, visa garantir a integridade dos sujeitos que devem tomar cuidado com a veracidade das informações que chegam por meio das tecnologias digitais.

Do ponto de vista metodológico, este estudo apresenta uma natureza descritivo-interpretativa, pautada por abordagem prioritariamente qualitativa. O *corpus* de análise compõe-se das seguintes materialidades discursivas: i) a *homepage* da página *Saúde sem Fake*

News; ii) quatro *fake news* que foram desmentidas pelo serviço de checagem do MS, acompanhadas do posicionamento deste órgão. A seleção das *fake news* adotou como critério a recorrência temática no rol das várias notícias falsas que são contestadas pelo MS. Nesse sentido, são recorrentes boatos em torno de determinados alimentos e/ou métodos que curariam o câncer e de um suposto efeito nefasto das vacinas, conforme mostramos no início deste artigo. Portanto, as *fake news* analisadas neste estudo recobrem essas duas regularidades temáticas.

Estruturalmente falando, este escrito encontra-se organizado do seguinte modo: na seção a seguir, discutiremos acerca do biopoder e da biopolítica, conforme as elucubrações foucaultianas, expandido-as para pensar nas configurações de tecnologias de poder num período de circulação pletórica de notícias falsas. Na seção posterior, investigamos o funcionamento das estratégias biopolíticas na campanha do MS, tendo como norte os aspectos problematizados na seção anterior. Por fim, no tópico final, traremos algumas considerações com pretensões conclusivas para esta investigação.

Notas sobre biopolítica em tempos de *fake news*

Ao lecionar sobre o conceito de biopolítica, aula que pode ser lida na obra *Em Defesa da Sociedade*, Foucault esclarece: “biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um tempo científico e político, como problema biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 293), ou seja, a biopolítica, em certa dose, está intrínseca (baseada/envolta) ao processo de soluções tomadas pelo Estado, enquanto instância por excelência política, voltadas ao bem-estar da população, na medida em que mecanismos são desenvolvidos para que a vida individual seja protegida de crises sociais. Tais mecanismos implantados, assinala Foucault (2005), são destoantes dos mecanismos das sociedades disciplinares, embora os mecanismos disciplinares – ou, na amplidão do termo, mecanismos de controles (DELEUZE, 1992), se relacionam com os mecanismos biopolíticos que regulamentam as populações e incidem sobre si enquanto tal. (FOUCAULT, 2005).

Duarte (2008, p. 49) lembra que a partir do século XIX não importava “apenas disciplinar as condutas”, tornar o corpo dócil através da atuação específica do biopoder, mas sim a “gestão da vida no corpo social”. O “fazer morrer” e “deixar viver” ficou para trás, na sociedade soberana, ao passo que o “fazer viver” e “deixar morrer” tornou-se uma postura sólida na sociedade disciplinar/moderna. Isso corrobora a atuação do Estado, ora apresentado neste artigo como Ministério da Saúde, ao atuar com mecanismo de gerenciamento de

informações que noticiam o cidadão sobre *fake news* que podem incidir diretamente na saúde. É nessa visão que cremos estar num processo cada vez mais cibernético, ora controlando, ora sendo controlado, ou ambos, simultaneamente. Poderíamos dizer que a biopolítica que tem o Estado apenas como gerente das vidas populacionais tem se curvado às transformações sociais e tecnológicas, compartilhando da responsabilidade de cuidar da vida.

Uma biopolítica digital mediada por algoritmos, em que sujeitos e Estado são conectados via processos que partem do contexto de problemas atuais seria um ‘novo’ fenômeno de gerenciamento das populações. O Estado media a vida através de redes online, institucionalmente alicerçadas em práticas de saber-poder. O algoritmo biopolítico, portanto, neste modelo de conectividade/interação, promove plataformas de vigilância/controle, na qual o cidadão-sujeito é parte do processo, e, também, alvo dele, afinal o Estado ainda detém a responsabilidade de garantir à sociedade segurança cotidiana. Neste ponto, é válido destacar que “essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares” (FOUCAULT, 2005, p. 293), uma vez que a vida, agora, entra no domínio do poder (FOUCAULT, 1982) não mais sendo individualizada, alvo de vigilância e controle. Na verdade, o controle, neste modelo, é internalizado. Assim, o indivíduo, na esteira da biopolítica digital, integra-se a um movimento de mão-dupla: age para o Estado e o Estado age para o indivíduo.

Tal articulação sobre a relação biopolítica e o meio digital permite-nos dialogar com a noção de *multidão* de Negri (2004), ao enxergar as singularidades em que os “sujeitos falem por si mesmos” (NEGRI, 2004, p. 15). Antes de continuar o diálogo, cabe sintetizar o conceito. Por *multidão*, entende-se, sucintamente, como “um conjunto de singularidades”, sendo “sempre produtiva e está sempre em movimento” (NEGRI, idem, ibidem). É o contrário de povo, na qual é representado como unidade. A *multidão* é compreendida como uma noção ampla, flexível, mas sobretudo como “um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável” (NEGRI, idem, p. 16). Ora, é no limiar dessa cooperação que o sujeito singular, ao nosso ver, age socialmente.

No ciberespaço, o sistema colaborativo maximiza as relações: no caso concreto, as singularidades atuam em favor da multidão, redes de colaboração são formadas, em que passa a ocorrer a descentralização de poder. Vejamos: ao pensar no Estado como administrador de uma mídia colaborativa, podemos pensar “que qualquer um [que] possa colaborar já cria uma tensão entre o discurso totalizador institucionalizado e esses discursos múltiplos e mais

democráticos” (TRINDADE, 2008, p. 10). Isso evidencia que uma biopolítica digital, pensando no colaborativo, favorece os alicerces da democracia, estimula a participação social em atuações que beneficiem a população. Direcionando o olhar para o combate às *fake news*, uma rede colaborativa, que une a sociedade e a instituição, ao passo que promove aproximação no enfrentamento do problema com o cidadão comum, garante uma resposta – embora possa não ser eficaz. Um biopoder que se encontra em redes dinâmicas e cooperativas faz dele libertador, pois não se aprisiona em malhas centralizadoras, num Estado que atua unilateralmente; nas redes colaborativas, portanto, o biopoder torna-se produtivo, uma vez que o próprio sujeito age em conjunto, interagindo com suas intenções a fim de mitigar aquilo que pode se virar contra si mesmo, como as *fake news*, que produzem, nas mídias digitais, um ambiente de desinformação amplo.

Estratégias biopolíticas no programa “Saúde sem Fake News”

Iniciamos a análise pela *homepage* do programa “Saúde sem Fake News” no *site* do MS. Ao entramos no site, deparamo-nos com uma matemática da biopolítica digital que funciona do seguinte modo: o MS, visando combater a disseminação das *fake news* que afetam a saúde da população, criou um canal de comunicação via *WhatsApp* em que os sujeitos podem enviar textos, mensagens, vídeos ou imagens relatando supostas *fake news* compartilhadas nos entrelaces da *internet*. A emergência desse canal toma como ponto de ancoragem a constatação de que a rede digital na atualidade ocupa uma posição preponderante no acesso à informação. Conforme frisa Fontes (2018, p. 3128), “As sociabilidades contemporâneas hoje têm como importante veículo as sociabilidades intermediadas pelas chamadas redes sociais digitais”. Tais sociabilidades embasam a emergência de uma busca por informações relativas à saúde.

De acordo com Vasconcellos-Silva, Castiel e Ferreira (2016), a *internet* pode representar um valioso recurso ao autocuidado, na medida em que o usuário dessa tecnologia pode tornar-se proativo a partir do acesso ininterrupto à informação. Na voz desses autores, “prover informação seria promover o *empowerment* de pacientes, cuidadores e usuários na condição de seus pacientes crônicos” (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; FERREIRA, 2016, p. 862). Arriscamos pensar que não apenas os portadores de doenças crônicas podem empoderar-se em virtude do acesso à informação na *web*, como qualquer outro sujeito que, porventura, busque o esclarecimento sobre questões circunscritas ao campo da saúde. Todavia, com o advento das *fake news*, esse quadro torna-se mais delicado, haja vista que é preciso criar

filtros para apurar a veracidade de dizeres relativos ao campo da saúde. Isso ocorre, principalmente, porque o usuário comum procura informações acerca da saúde em *sites* de redes sociais e *blogs*, e não em fontes confiáveis como bases de dados, as quais estão disponíveis em bancos acadêmicos, hospitais e instituições de pesquisa e são utilizadas prioritariamente por profissionais de saúde (SILVA; LUCE; SILVA FILHO, 2017). Em face dessa demanda, o *Saúde sem Fake News* funciona como uma agência de checagem de notícias que circulam na *web*, notadamente nas mídias sociais digitais, as quais poderão ser classificadas como verdadeiras ou falsas.

O programa traz em seu Termo de Uso a instrução: “Por meio do número (61) 99289-4640, qualquer cidadão poderá enviar gratuitamente mensagens com imagens ou textos que tenha recebido nas redes sociais para confirmar se a informação procede, ou seja: se é verdadeira ou falsa” (BRASIL, 2018, s.p.). O cidadão, em seguida, aguardará o fluxo de demandas existentes e, conseqüentemente, receberá em resposta o selo “isto é notícia falsa” ou de “isto é notícia verdadeira”, conforme a figura abaixo.

Figura 2: Selos de verdadeiro ou falso



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>.

Como se vê, a biopolítica opera não apenas tendo o Estado como protagonista e a população coadjuvante da política de governo; tanto um quanto outro trabalham em conjunto, pois as estratégias de governo inserem a população como partícipe de todo o processo. A população solicita/envia a informação, e o Estado, por sua vez, responde, dando um retorno acerca da veracidade (ou não) da informação compartilhada nos espaços digitais, de maneira a autorizar o prosseguimento da notícia (“Esta notícia é verdadeira/Compartilhe!”) ou sugerir que ela não seja espalhada (“Esta notícia é falsa! Não divulgue!”). A ideia do selo, num domínio de memória, leva-nos aos diversos serviços que atestam a qualidade de determinados produtos e que emitem uma comprovação que corrobora o consumo de um dado produto ou serviço. De modo análogo, o serviço do MS incentiva o sujeito a consumir ou desconsiderar a informação,

a partir dos carimbos nas cores vermelho e verde. No esteio de uma memória das cores, podemos observar que o vermelho supõe o perigo e o alerta, ao passo que o verde indica segurança e liberdade.

O sentido das cores conjuga com os sentidos de recomendação ou de condenação da notícia e acompanha o enunciado “O Ministério da Saúde adverte”. O efeito produzido a partir dessa intersecção do verbal com o visual é de que o saber intrincado ao MS autoriza essa instância a atuar, a partir de relações de poder, sobre o que o comportamento dos usuários das tecnologias digitais frente à circulação frenética de notícias relativas à saúde, qual seja: um comportamento de desconfiança quanto à credibilidade da informação, de modo a não acreditar em tudo que vê. Considerando ainda a seriedade que deve prevalecer em tudo que envolve a saúde, o MS se constitui como uma instância que está autorizada a falar, ao possuir um *status* privilegiado (FOUCAULT, 2010) para enunciar a respeito de aspectos inerentes à saúde. Diante disso, o sujeito é incitado a se governar e a governar o outro no compartilhamento das informações *online*, levando em conta os perigos relativos aos boatos que falam sobre a saúde. Portanto, o selo representa uma estratégia biopolítica de controle da informação no ambiente digital, tendo em vista que estimula condutas educativas para a população no espaço da *internet*.

Dando prosseguimento às análises, vejamos a seguir *print* de tela de uma notícia falsa que associava o uso do celular no escuro ao desenvolvimento de câncer no olho.

Figura 3: *Fake news* alerta sobre uso de celular no escuro



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>

O selo na cor vermelha e os dizeres em alerta denotam que se trata de uma notícia falsa. Ou seja, não há relação entre o uso do celular e o aparecimento de câncer no olho (maculotapia). Não obstante, a constituição discursiva da notícia apropria-se parcialmente de um modo de dizer característico do fazer jornalístico e, portanto, crível aos olhos do público. Isso ocorre, no caso da *fake news* em análise, em função da referência a um estudo científico realizado nos Estados Unidos que comprovaria a tese defendida na notícia (“o reflexo direto de mais de 30 minutos pode causar degeneração macular irreversível do olho”). Como corolário, a notícia inverídica tenta vulgarizar a informação “científica”, ao explicar o que seria a maculotapia, a faixa etária mais atingida pela enfermidade, os efeitos prejudiciais da luz do celular nos olhos. Mesclando um tom objetivo com passagens sensacionalistas, notadamente pelo uso da exclamação, a posição que enuncia na *fake news* emoldura seu dizer de modo a levar o leitor a crer que se trata de um fato cientificamente comprovado. Essa constituição de verdades inventadas é sintomática para pensarmos nas similitudes existentes entre as *fake news* e as notícias que tratam de fatos verídicos.

Além de apontar as causas do câncer de olho, a posição que enuncia nas *fake news* apresenta medidas profiláticas as quais objetivam prevenir o problema, ao dizer que os

pesquisadores sugerem evitar a utilização do celular no escuro. Para finalizar, observamos um estímulo a se passar adiante a *fake news*, como uma forma de dar prosseguimento a esse dizer, evitando, assim, a atenuação do suposto problema. Podemos constatar que, do ponto de vista da materialidade repetível (FOUCAULT, 2010), o texto se ampara num formato que se apropria das particularidades do texto noticioso. Conforme Roxo e Melo (2018, p. 12), essa particularidade “– suas convenções formais, seu estilo visual e outros – está conectado com a afirmação da legitimidade do jornalismo”. Tais autores defendem ainda que as notícias falsas que circulam em redes sociais emulam o texto jornalístico, de modo a se apropriar do código social que credibiliza o trabalho jornalístico. Isso fica em evidência quando pensamos que a *fake news* em estudo ancora-se numa suposta pesquisa acadêmica para dar um efeito de verdade ao dito, não assumindo, portanto, a responsabilidade do que é afirmado, mas imputando a outrem, prática frequente no campo jornalístico.

Dadas as semelhanças entre as notícias falsas e as notícias que poderiam ser consideradas verídicas, o programa “*Saúde sem Fake News*” vem com o intento de decantar “o joio do trigo” e selecionar quais informações devem ser levadas em consideração pelo sujeito nas tecnologias digitais. Com relação à *fake news* antes mencionada, o MS se posiciona do seguinte modo: “O texto USO DO CELULAR NO ESCURO está repleto de informações equivocadas e sem comprovação científica” (BRASIL, 2018, s.p.). Categoricamente, o sujeito enunciador classifica a notícia como falsa e desmonta o efeito de verdade científica que a atravessa. Prossegue afirmando: “Não existem estudos científicos mostrando que o celular, seja a noite ou durante o dia provoque maculotapia (que o texto erroneamente classifica como câncer no olho), catarata, olho seco, degeneração ou perda de visão” (BRASIL, 2018, s.p.). Podemos notar que até mesmo a terminologia adotada na *fake news* é contestada pelo MS, de maneira a lançar por terra toda a tese defendida no decorrer da falsa notícia, uma vez que nenhum dos problemas causados pelo uso do celular no escuro é reconhecido pela autoridade do saber médico, a qual é mimetizada através da voz do MS.

A resposta do MS alerta, por outro lado, que os impactos do uso excessivo dos *smartphones* ainda está sendo averiguado por pesquisadores e que não há qualquer base científica para amparar as graves consequências presente na *fake news*. Finalizando, o MS alude a um estudo que atesta como corolário do uso do celular no escuro a fadiga ocular, cefaléias, ardência e dor ocular, efeitos distantes do cenário assustador criado pela *fake news*. O posicionamento do MS, enquanto um órgão estatal responsável por produzir um saber credenciado acerca da saúde, pode ser concebido como uma estratégia de cunho biopolítico, na

medida em que constitui uma ação voltada ao esclarecimento da população em tempos de circulação de notícias falsas. Reside nesta estratégia uma preocupação que toma o corpo populacional como algo a ser administrado, gerido e controlado. Foucault (2007, p. 154) compreende esse governo da população “como a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder”.

A segunda *fake news* a ser analisada parte da tese segundo a qual água de coco quente cura o câncer. Vejamos, a seguir, essa notícia falsa conforme aparece no site do programa “Saúde sem Fake News”.

Figura 4: *Fake news* afirma sobre eliminação de células do câncer por água de coco



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>

A *fake news* supracitada circulou no *WhatsApp* e, por isso, apresenta em sua natureza significantes traços desse aplicativo de envio de mensagens, como os emojis a representarem o coco e as mãos postas e o coração no final da mensagem. Junta-se a isso a constituição discursiva de uma corrente, muito comum nesse aplicativo e que, num contexto de um e-mail, seria classificada como *spam*. Embora haja uma referência a um especialista (“O professor Chen Hui ren”) a um lugar prototípico de produção do saber médico (“Hospital Geral do Exército de Pequim”) e a um linguajar especializado (“aminoácido”, “polifenol”) toda a materialidade é perpassada por um discurso de convencimento, segundo o qual é necessário passar a mensagem

adiante, (“dez exemplares a outro”, “espero que você também possa ajudar”, “depois diga aos outros”, “conte aos outros, família, amigos”), numa aproximação indisfarçável com as correntes, apelando, assim, para a emoção e desviando da objetividade do texto noticioso. Essa mesma referência aparece no início do texto e depois é deixada de lado, pois o que irá prevalecer é um discurso generalizante segundo o qual a água de coco quente curaria todo tipo de câncer, regularia a pressão arterial e “ajustaria” a circulação sanguínea, sem relação alguma com a recomendação do médico anteriormente citada. É possível destacar também as inadequações do ponto de vista notacional e convencional da língua, bem como os problemas de coesão e de articulação textual os quais irão caracterizar uma característica prototípica das notícias falsas, no cotejo com a credibilidade do texto jornalístico convencional.

Ainda em relação à materialidade repetível, observamos uma estruturação exibida em enunciados curtos e espetacularizados em prol da defesa do potencial benéfico da água de coco quente. A posição que enuncia na *fake news*, além de argumentar acerca das propriedades terapêuticas da água de coco quente (“pode poupar-lhe uma vida”, “libera substância anti-câncer”, “remediar todos os tipos de câncer”), elucida os modos de preparo da água de coco (“corte de 2 a 3 flocos de coco finos em um copo”). Enfim, a peculiaridade quase milagrosa dessa bebida embasa o posicionamento discursivo da notícia, cuja constituição assemelha-se à persuasão dos discursos propagandísticos.

A classificação da notícia como *fake news*⁵⁷ pelo programa em estudo requereu por parte do MS o seguinte posicionamento: “Essa mensagem é falsa! Não compartilhe! Não existem evidências científicas que atribuam tal capacidade a água de coco quente” (BRASIL, 2018, s.p). Assim como na notícia anterior, o MS desmonta o efeito de verdade da *fake news*, considerando-a como destituída de qualquer comprovação científica. Prossegue alegando: “O que previne o câncer é praticar uma alimentação saudável, manter o peso corporal adequado e praticar atividade física” (BRASIL, 2018, s.p). A voz autorizada a enunciar acerca da saúde, ao desmentir as potencialidades da água de coco quente, mostra os meios através dos quais é possível prevenir o câncer e, nesse movimento, acaba por imprimir um contorno biopolítico ao dizer, pois demonstra um interesse em orientar a população quanto às formas adequadas de evitar o câncer. Erigem, pois, estratégias que objetivam preservar a saúde e o bem-estar da

⁵⁷ O selo inserido pelo MS nas *fake news* impede, muitas vezes, a leitura integral do texto, pois algumas partes ficam abaixo da marca indicativa. Essa estratégia permite-nos pensar que se trata, de acordo com o referido órgão, de uma leitura a ser desconsiderada.

população no que se refere às medidas preventivas de fato eficazes em relação ao câncer, em contraste com a imensidão de boatos que inundem as redes.

Figura 5: *Fake news* de vacina contra HPV



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>

Prosseguindo com a análise, na Figura 5, tem-se uma notícia que informa a existência de um suposto debate na esfera judicial no Japão a respeito de efeitos colaterais advindo da vacina contra o HPV – o papiloma vírus humano, traduzindo do inglês. Associado ao adjetivo “horível”, a manchete inicialmente já denota um posicionamento imparcial, uma vez que caracteriza o posicionamento do veículo que publiciza a matéria. O tom alarmista favorece uma cruzada antivacina que se desenrola nas redes sociais digitais. Trata-se de um movimento contra o uso de vacinas, independentemente da doença, que se vale do medo e do terror para fomentar, na sociedade, adversidades resultantes da vacinação.

Segundo o Ministério da Saúde, no período de 2014 a 2018, as vacinas nas meninas na faixa etária de 9 a 14 anos ficaram abaixo do esperado – 5,9 milhões, o que corresponde a 49,9% do público-alvo. Elas, na fase adulta, representam a maior incidência do câncer de útero, que tem como origem o vírus HPV, e não têm sido alcançadas pela cobertura da vacina. O motivo? *As fake news*, como alertou o MS⁵⁸ em fevereiro de 2019.

⁵⁸ Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45218-volta-as-aulas-e-opportunidade-para-reforçar-a-vacinacao-contra-o-hpv>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

No caso em tela, o MS classificou como uma notícia falsa, simbolizada pelo selo vermelho “Isto é fake news!” Na justificativa, o órgão aponta que de fato pode a vacina pode ocasionar efeito colateral: “como qualquer medicamento, pode causar Eventos Adversos Pós-Vacinação (EAPV)” (BRASIL, 2018, s/p). Salienta, contudo, que nunca existiu proibição dessa vacina, que ela é utilizada em mais de 80 países no mundo contra o HPV e que não existem estudos na literatura medicinal que atestem “efeitos horríveis”. Apesar disso, assegura o Ministério da Saúde, a vacina pode acarretar “reações locais leves (dor no local de aplicação, edema e eritema com intensidade leve) e podem também causar manifestações sistêmicas (febre em 4% a 9% dos vacinados, cefaleia e gastroenterite)” (BRASIL, 2018, s/p). Ao fim da argumentação, o MS chama atenção para a aplicação da vacina, que combate o HPV e, conseqüentemente, o câncer de colo de útero.

Esse tipo de *fake news* reforça práticas do movimento antivacinação ao passo que gera momentos de perigo na sociedade, uma vez que a desordem, como meio de causar pânico e medo, corrobora para criar fantasias conspiratórias, infâmias. Douglas (1996), em seu estudo sobre as sociedades primitivas, na obra *Pureza e Perigo*, traça um mapa de práticas culturais movidas pela falta de ordem e os resultados perigosos de uma certa impureza que, para a autora, “nunca é um fenômeno único, isolado. Onde houver impureza, há sistema” (DOUGLAS, 1966, p. 30). Isso evidencia que, nas sociedades modernas, na esteira desse diálogo com Douglas, o sistema da impureza, em analogia com as *fake news*, é “repelido pelos nossos sistemas organizados” (DOUGLAS, 1996, p. 30). A organização, a ordem social, portanto, significa uma sociedade limpa, nesse caso, de correntes falsas, manchetes mentirosas e/ou vídeos inverídicos. Em suma, numa sociedade sem – ou numa determinada medida, controlada, contida – *fake news*.

Figura 6: *Fake news* sobre vacina da febre amarela



Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/fakenews>

A próxima - e última - *fake news* analisada reverberou na plataforma audiovisual YouTube. Diferentemente das demais até então estudadas, a materialidade discursiva desta *fake news* revela um método articuloso, haja vista que, ao produzir uma notícia falsa por meio de uma ferramenta de vídeo, a expressividade do teor informativo pode ter um alcance maior. Essa tese é substantiada por uma pesquisa realizada pelo DNPontoCOM⁵⁹ que constata um número significativo de brasileiros que apenas leem a manchete da notícia, desconsiderando o conteúdo presente nela. De acordo com os dados, 7 a cada 10 brasileiros pertencentes à Geração Y, ou seja, pessoas nascidas da década de 1990 até 2010, prestam atenção somente no título da notícia. No mesmo enfoque, os brasileiros da Geração X, aqueles que nasceram a partir da década de 1960 até 1982, 6 a cada 10 deles, ignoram o conteúdo da manchete.

Isso nos faz pensar que uma *fake news* propagada por meio de um vídeo leva um usuário a incorporar com mais detalhes as informações contidas no boletim fílmico. Ora, vejamos que, no vídeo da Figura 6, cerca de 361 mil pessoas, levando em consideração o momento da divulgação notícia pelo MS, em agosto de 2018, visualizaram o vídeo. São mais de seis minutos de desinformação, porém alicerçada no saber médico, conforme nos mostra o título do vídeo: “60 médicos americanos dizem ao mundo não tomem o veneno da febre amarela”. Ao afirmar que médicos americanos pedem para não tomar a vacina, a informação ganha prestígio: 6,6 mil

⁵⁹ Os dados da pesquisa foram extraídos da publicação realizada pelo Yahoo. Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/fake-news-7-em-cada-10-brasileiros-leem-os-titulos-da-noticias-e-nao-os-conteudos-141122360.html>. Acesso em: março de 2019.

usuários curtiram o vídeo, enquanto apenas 608 deram *deslike*, ou seja, não curtiram. O enunciado sobre o aviso dos médicos em relação à vacina da febre amarela, embora se destine a uma doença, tem como alvo não a enfermidade, mas sim a vacinação.

Como mostrado no início deste artigo, os movimentos contra as vacinas são consistentes e atuam em amplas e diversas frentes. Poderíamos supor que a doença fosse uma vacina contra gripe suína ou dengue. O interessado velado, no entanto, são as vacinas, haja vista o seu poder proeminente de contaminar, adoecer ou supostamente agravar a doença. Nesse caso, seria um “veneno” a ser tomado.

Ao confrontar com a *fake news*, o MS aplica o selo vermelho indicando a falsidade do vídeo e indica que “as vacinas contra febre amarela são seguras e eficazes” (BRASIL, 2018, s/p), embora, chama atenção a checagem, assim “como qualquer imunobiológico” tem contra-indicação e precauções” (BRASIL, 2018, s.p.), como é o caso das mulheres grávidas e crianças menores de 6 meses de idade. Finalizando o esclarecimento, o MS enfatiza a importância da vacinação, sob o cumprimento das orientações ora levantadas pelo órgão de saúde e, assim, regulando a saúde da população com propósitos biopolíticos.

Considerações finais

Neste artigo, tivemos como objetivo funcionamento de estratégias biopolíticas no combate as *fake news*, a partir de um programa do governo denominado de “Saúde sem *fake news*”. Para tanto, analisamos a *homepage* do *site* do programa e quatro *fake news*, acompanhadas dos respectivos posicionamentos do MS acerca de dois temas que aparecem com regularidade em notícias falsas concernentes à saúde, quais sejam: câncer e vacina. Constatamos, então, que as notícias falsas são caracterizadas por um dizer alarmista e quase sempre sensacionalista, espetacularizado e conspiratório em torno de questões relativas à saúde, mais precisamente acerca de comportamentos causadores de câncer (uso do celular no escuro e o desenvolvimento de câncer no olho), alimentos que curariam o câncer (*fake news* sobre as potencialidades da água de coco quente) ou o perigo relativo às vacinas do HPV e da febre amarela. Foi possível observar, ao longo da análise, que o MS, enquanto a voz oficial do governo, contesta o teor de verdade das notícias falsas, apelando para o saber médico e para a comprovação científica, os quais são inexistentes ou deturpados no âmbito das *fake news*. Ao proceder desse modo, o órgão não apenas esclarece sobre os riscos de se consumirem essas informações irrefletidamente, mas exerce uma posição pedagógica no

sentido de instruir a população quanto aos cuidados com a saúde, a partir de um dizer crível e autorizado.

Todavia, acreditamos que essa conotação biopolítica do programa poderia estar em confluência com os termos de uso de redes sociais e plataformas nos quais as notícias falsas estão hospedadas, com vistas a tirá-las de circulação a partir da aferição de que se trata de notícias falsas. Em rápida busca sobre as últimas *fake news* analisadas, encontramos os conteúdos ainda em circulação. Tanto o *link* que traz a notícia⁶⁰ sobre a judicialização da vacina no Japão como o vídeo acerca da vacina da febre amarela continuam disponíveis⁶¹.

Convém ressaltar que a iniciativa biopolítica atua de modo a mitigar o efeito da verdade inventada, muitas vezes devastador, como a diminuição de vacinas contra o HPV que poderia evitar o câncer no colo do útero. Não obstante, ao enfrentar a difusão das *fake news*, seria preciso restituir a informação verdadeira na mesma medida. Ora, será que as mais de 300 mil pessoas que tiveram acesso ao vídeo sobre o “veneno da vacinação” da febre amarela foram também atingidas pelo selo vermelho do “Isto é fake news!”? A resposta não nos cabe, mas levanta suspeita, afinal os mesmos usuários a visualizar o vídeo podem não saber da existência do serviço “*Saúde sem Fake News*”. Noutras palavras, o raio de alcance do programa criado pelo MS e suas ressonâncias biopolíticas podem estar restritos a um público específico na inefável seara do espaço virtual.

Referências

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BRITES, M. J.; AMARAL, I.; CATARINO, F. A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. **Journal of Digital Media & Interaction**. v.1, n.1. 2018.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

⁶⁰ Endereço da notícia sobre a vacina em processo judicial no Japão: <https://verdademundial.com.br/2017/03/japao-vacina-contra-o-hpv-sob-julgamento-devido-seus-horriveis-efeitos-colaterais>. Acesso em: 02 mar. 2019.

⁶¹ Endereço do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=aFiin6Es3Pk>. Acesso em: 02. mar. 2019.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa, Edições 70, 1966.

FERNANDES JÚNIOR, A.; DRUMMOND, C. C. Entre fatos, boatos e vontades de verdades: os sentidos produzidos pela mídia na política brasileira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n. 16, p. 26-51, set. 2018.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC/Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

FONTES, B. A. S. Redes sociais e governança em saúde, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3123-3132, out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n10/1413-8123-csc-23-10-3123.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. As malhas do poder (Final). **Barbárie**, Bahia, v.3, n.5, p. 34-43, 1982.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.285-315.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GUARESCHI, P. Psicologia e Pós-Verdade: a emergência da subjetividade digital. **Psi Unisc**, v.2, n.2, dez. 2018.

NEGRI, Antônio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. Rio de Janeiro, n. 19-20, p-15-26, jan/jun. 2004.

ROXO, M. A.; MELO, S. Hiperjornalismo: uma visada sobre *fake news* a partir da autoridade jornalística, **Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n.3, p.1-19, 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30572/17226>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri/SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

SILVA, L. M.; LUCE, B.; SILVA FILHO, R. C. Impacto da pós-verdade em fontes de informação para a saúde, **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 271-287, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/892/665>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

TRINDADE, C. R. C. Biopoder, biopolítica e o overmundo. In: II Simpósio da ABCiber. **Anais...** São Paulo: PUC, 2008.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D.; FERREIRA, F. R. Padrões de busca sobre câncer na internet: reatividades, riscos e afetos, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 861-870, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0861.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.